

LUCIO COSTA E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO INSTITUTO DE ARTES DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UDF)

Caio Nogueira Hosannah Cordeiro

RESUMO

A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi criada em 4 de abril de 1935 e extinta em 20 de janeiro de 1939. Em sua curta existência, e sob a liderança de Anísio Teixeira, manteve-se inovadora, voltando-se não apenas para a formação profissional, mas estendendo-se à pesquisa, à produção do saber e à cultura. Seus cursos envolviam ciências humanas e sociais, formação de professores e o Instituto de Artes, em que Lucio Costa participou como professor da especialização em arquitetura e urbanismo.

A presença do arquiteto na UDF compreende-se como uma segunda tentativa de reformar o ensino de arquitetura, iniciada em sua passagem na direção da Escola Nacional de Belas Artes, em 1931, então rejeitada pela maioria conservadora do corpo docente. A reforma visava à modernização do ensino, tornando-o condizente com a nova arquitetura e com as demandas da sociedade que se urbanizava.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior, Ensino de Arquitetura, Lucio Costa.

LUCIO COSTA E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO INSTITUTO DE ARTES DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UDF)

O objetivo deste artigo é estudar a participação de Lucio Costa no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935 por Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, analisando essa passagem sob o prisma da reforma do ensino de arquitetura durante os anos que compreendem o primeiro governo da chamada Era Vargas. Essa trajetória compreende três etapas, e se inicia com a tentativa da reforma do ensino de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, em 1931, que se concretizaria, em 1945, com a criação do curso da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) da Universidade do Brasil (UNB), hoje Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ)

O artigo se concentra na segunda fase desse percurso, isto é, em sua fase intermediária, quando Lucio Costa, a convite de Anísio Teixeira, participou do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal (UDF), e teve a oportunidade de dar sequência à tentativa de reformar o ensino de arquitetura no Brasil.

A pesquisa baseou-se na bibliografia existente sobre Lucio Costa, especialmente sobre sua experiência docente. Foram também levantados dados primários de sua passagem pela UDF, em sua maioria recortes de jornais e editais reunidos pelo Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foram também pesquisados arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e do Museu Dom João VI, da Escola de Belas Artes (EBA), da UFRJ.

Do ponto de vista metodológico, considera-se que, a despeito do grau de autonomia ou singularidade de determinado evento, sejam estas as condições de ensino e aprendizagem ou a própria arquitetura produzida no período retratado, é impossível dissociar a teoria ou a obra em si, das condicionantes de seu tempo. A arquitetura é produção humana e, como tal, “o resultado da atividade de toda uma série de gerações”. Desse modo, não pode existir uma história da arquitetura, ou um segmento específico da cultura, que se dissocie da história da sociedade, que é enfim abrigo e produto de suas particularidades, singularidades e universalidade.

Todo bloco de poder, composição de forças sociais ou classe

dominante exerce alguma ou muita influência sobre as produções culturais. Há sempre uma reinterpretação da história em marcha, segundo os governantes, os que detêm os meios de poder. A classe social, ou composição de forças sociais, que conquista o aparelho estatal pode expandir a sua influência cultural. O controle do sistema educacional, a influência nas igrejas, as relações com a indústria cultural, a disponibilidade de recursos materiais e organizatórios para mobilizar intelectuais segundo os seus interesses, tudo isso permite às forças sociais, ou classe social dominante, influenciar muito, ou decisivamente as produções culturais. As artes, ciências e filosofias podem ser levadas a novos temas, linguagens, experiências.

Em síntese, a cultura é uma dimensão fundamental da hegemonia que pode ser construída por uma classe, composição de forças sociais, bloco de poder, Estado. Toda configuração hegemônica é necessariamente cultural. Para exercer-se, a capacidade dirigente, ou hegemônica, compreende valores, ideais, princípios, modos de fazer, pensar e dizer, visão do mundo. Se é verdade que a hegemonia tem muito a ver com a consciência de classe, compreende também uma visão da sociedade, nação, Estado, história. Como capacidade de interpretar e expressar os interesses da classe, composição, bloco ou Estado, a hegemonia conjuga também interesses, reivindicações e produções culturais de outros grupos e classes que não se acham necessariamente presentes nas esferas de poder (IANNI, 1992, p. 155).

Nessas condições, a compreensão do entrelaçamento entre os fatos, o lugar e o tempo, é fundamental para se entender o fenômeno arquitetônico, assim como as intenções do ensino da Arquitetura, isto é, da educação no enredamento entre Arte e Ciência. É no entrelaçamento entre a produção material, sua objetivação e representação artística, nas condições dadas à sua época, que reside a dimensão histórica da Arquitetura e sua transcendência ao longo do tempo para as gerações posteriores.

A UDF

A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi criada em 4 de abril de 1935, e extinta em 1939, quando seus cursos foram incorporados à Universidade do Brasil (UB). Sua instalação, pelo Decreto Municipal 5.513/35, fazia parte de um programa para a instrução pública da capital, que envolvia os três níveis do ensino, isto é, o primário, o secundário e a universidade, no período em que Anísio Teixeira esteve à frente da política educacional da administração de Pedro Ernesto na prefeitura do Rio de Janeiro. Ao se tornar colaborador de Pedro Ernesto, Anísio Teixeira já havia participado da elaboração de novos programas para o ensino primário na Bahia e da reorganização do ensino secundário brasileiro, foi também diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal e diretor-geral de Instrução Pública, função que, em 1935, foi

transformada em Secretaria Geral de Educação e Cultura da Capital. Na diretoria da Instrução Pública, criou, em 1932, o Instituto de Educação, que integrava a Escola Normal ao ensino do jardim de infância, primário e secundário. Como secretário de Educação, iniciou a construção de 28 escolas, que iriam atender a 30.000 novos alunos, em sua maioria em bairros das zonas norte e oeste, subúrbios e favelas cariocas.

Essas ações faziam parte da política que ampliava a presença do Estado e do poder público entre o proletariado urbano, encetada a partir de 1930. No Distrito Federal, a inserção dos bairros da classe trabalhadora nas políticas públicas do governo fortalecia esta presença, integrando a periferia da cidade ao planejamento urbano, e ao atendimento em setores vitais para a população, como saúde e educação.

Em seus quatro anos de existência, a UDF cumpriu os princípios norteadores explicitados por Anísio Teixeira em seu discurso na solenidade de inauguração dos cursos, em 31 de janeiro de 1935.

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades.

A partir desses princípios, foram estabelecidas as finalidades e elencados os cursos que constituíam a Universidade e seus programas. Em documento denominado Instruções nº1, de 12 de junho de 1935, Anísio Teixeira, na função de reitor interino, faz publicar.

Art. 1º - A Universidade do Distrito Federal, na forma do Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935 tem por fim:

- a) promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;
- b) encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
- c) propagar aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;
- d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem;
- e) prover à formação do magistério em todos os seus graus.

Art. 2º - Constituem fundamentalmente a Universidade do Distrito Federal:

- a) a Escola de Educação;
- b) a Escola de Ciências;
- c) a Escola de Economia e Direito;
- d) a Escola de Filosofia e Letras;
- e) o Instituto de Artes;
- f) instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural [...].

O projeto de Anísio Teixeira parte dos princípios explicitados no Manifesto dos Pioneiros para a Educação Nova (1932) para o ensino superior, em que os valores essenciais são o desenvolvimento da pesquisa, da criatividade e da cultura. Mesmo diante de todas as dificuldades, a UDF lançou-se como proposição inovadora quanto a seus objetivos e métodos, mas também quanto aos meios necessários para atingi-los.

ARQUITETURA E URBANISMO NO INSTITUTO DE ARTES DA UDF

O Instituto de Artes situava-se na rua do Catete 147, próximo portanto à sede do Governo, o Palácio do Catete, no edifício da escola Rodrigues Alves. A escola secundária funcionava pela manhã, enquanto os cursos do Instituto de Artes, assim como os da Escola de Economia e Direito, ocupavam a escola a partir das 15 horas. Por vezes, havia aulas em outros estabelecimentos como o Museu Nacional, o Colégio Pedro II, além do Instituto de Educação. No Instituto de Educação, na Rua Mariz e Barros, na Tijuca, funcionava o edifício principal da UDF, com a Reitoria.

A falta de espaço físico para instalar todas as Escolas da UDF no prédio do Instituto de Educação, como queria Anísio Teixeira, bem como o entendimento de que somente a Escola de Educação seria integrada à universidade acabaram por gerar uma séria crise entre o Secretário de Educação do Distrito Federal e o Diretor Geral do Instituto, professor Lourenço Filho. (LOPES, 2008).

O ensino do Instituto de Artes voltava-se para a formação de professores secundários nas áreas de Música e Artes Plásticas. Entretanto seus objetivos extrapolavam essa finalidade estendendo-se à função de tornar-se centro irradiador da pesquisa científica e da cultura brasileira. Na sequência das Instruções de nº 1, temos:

Art. 7º - O Instituto de Artes, como centro de documentação, pesquisa e irradiação das tendências de expressão artística da vida brasileira tem por fim contribuir para o desenvolvimento das artes, e sua crescente aplicação às atividades econômicas, concorrendo para a formação de professores de artes, instrutores técnicos e artísticos em geral.

O Instituto era dirigido por Celso Kelly. Lúcio Costa e Carlos de Azevedo Leão eram responsáveis pelo ensino de Arquitetura; Nestor de Figueiredo, pelo curso de urbanismo; Cândido Portinari, era professor do curso de pintura; Celso Antonio de Menezes, de escultura, Georgina de Albuquerque, de artes decorativas; F. Valentim do Nascimento, Gilberto Trompowsky e Sylvia Meyer, de artes plásticas e industriais; Heitor Villa-Lobos, Lorenzo Fernandes, J. C. Andrade Muricy, Arnaldo Estrella e Albuquerque Costa, de música. Também no conjunto de suas escolas e institutos, a UDF atraiu intelectuais comprometidos com a renovação do ensino, da arte, da cultura e

da pesquisa científica para seu corpo docente. Sobressaem entre eles, além dos já citados, os brasileiros Sérgio Buarque de Hollanda, Cecília Meirelles, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Prudente de Moraes Neto, Hermes Lima, Agripino Grieco e Jorge de Lima, além de um quadro numeroso de professores estrangeiros de escolas alemãs, francesas e inglesas.

Em meio às lutas políticas e aos intensos debates quanto ao projeto educacional, Lucio Costa vivia, em 1935, uma fase de enfrentamento tanto no plano teórico, como em sua prática profissional. Entre as diversas frentes de sua atuação neste período, conviviam a fase de estudos e elaboração de projetos que afirmavam sua filiação modernista, a expectativa do concurso para a construção do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde (MES) e o retorno à atividade docente em nova tentativa no campo do ensino superior, como professor do Instituto de Artes da UDF.

Em sua breve autobiografia, em artigo publicado no livro “Depoimento de uma Geração – Arquitetura Moderna Brasileira”, entre outros textos reunidos por Alberto Xavier, Lucio Costa relata três das principais fases de sua atividade profissional:

Olhando para trás e resumindo, a minha atividade profissional teve, a partir do período eclético-acadêmico, várias fases:

Primeira: A da intervenção fracassada no ensino – fracassada porque resultou no dismantelo do que, bem ou mal, havia, sem ter deixado nada em troca (...)

Segunda: A de disponibilidade e estudo, quando fiz uma série de projetos residenciais avulsos para lotes urbanos – 12x36 –, intitulada *Casas sem dono*, e duas casas de campo (...) A convite de Celso Kelly, fui então professor – pela única vez – juntamente com Prudente de Moraes Neto, Gilberto Freyre, Portinari e tantos outros, da lamentavelmente extinta Universidade do Distrito Federal, curso consolidado no estudo *Razões da Nova Arquitetura* – razões de ordem social, de ordem técnica e de ordem artística.

(COSTA, 1987 in XAVIER, 2003).

O conteúdo do curso de especialização em Arquitetura seria explicitado em edital de nº 65, publicado em 26 de novembro de 1935. Os princípios são os mesmos explicitados na entrevista a O Globo, quando do lançamento da Reforma na Escola Nacional de Belas Artes (1931), em que pretende, quanto ao conteúdo tecnológico e à formação do arquiteto.

“aparelhar a escola de um ensino técnico-científico tanto quanto possível perfeito, e orientar o ensino artístico no sentido de uma perfeita harmonia com a construção. Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos históricos como orientação crítica e não para aplicação direta”. (COSTA, Entrevista a O Globo, em 29 de dezembro 1930).

Entretanto, seus objetivos e metodologia de ensino aparecem mais detalhados e

desenvolvidos nas “Apostilas do Professor Lucio Costa”, publicadas no edital. Logo em sua primeira parte, elege-se o “Estudo da Arquitetura Contemporânea” sob o aspecto social, técnico e plástico, definindo como prioridade a compreensão teórica da arquitetura moderna, em seus aspectos fundamentais. O novo programa acrescentava às questões até então colocadas quanto à adequação plástica da arquitetura à nova técnica construtiva a questão social que determinava novas funções ao edifício construído e ao desenvolvimento da cidade. Com isto, o foco principal da superação do chamado “estilo colonial” pelo modernismo se deslocava do aspecto puramente formal

Edital n. 65:

De ordem do sr. Diretor comunico aos interessados que o Curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura acaba de ser ampliado ficando reorganizado nos seguintes moldes:

Curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura

Parte I – Apostilas do Professor Lucio Costa

I – Os Estudo da Arquitetura Contemporânea sob o aspecto

a) social – desacordo entre as possibilidades atuais da arquitetura e a presente organização da sociedade: razões dessa antecipação; considerações de ordem social a que o estudo da arquitetura, logicamente, conduz;

b) técnico – os processos tradicionais e as novas possibilidades da técnica e arte; revisão necessária;

d) plástica – valores plásticos ditados pelas nova técnica volta necessária à natureza primitiva; uniformização - característica dos verdadeiros estilos; respeito aos princípios básicos da arquitetura; incompreensão. (UDF, Edital nº 65. arquivo PROEDES)

Em seguida, propõe o “exame do corolário brasileiro”, colocando a limpo as relações históricas da arquitetura colonial em seus aspectos funcionais, técnico-construtivos e da produção sob o regime escravagista. Este conhecimento contribuiria ainda para a análise crítica sobre o formalismo da “arquitetura de estilo” ainda dominante entre os arquitetos e o chamado “gosto do cliente”, que se estendia do contratante particular, aos grandes edifícios demandados pelo Poder Público em concursos de projeto.

II – O exame do corolário brasileiro, abordando:

a) A lição do passado – arquitetura colonial; perfeita adaptação ao meio e às necessidades da época; o programa; a mão de obra; as realizações: as construções em madeira e alvenaria; século XIX, qualidade e ensinamentos;

b) a lição dos mestres de obra – respeito à boa tradição; o emprego racional dos suportes de ferro; soluções características; originalidade; põe restrições;

c) a falta de orientação atual – pseudo-renascimento; equívocos; os arquitetos; reação contra o bom senso dos mestres de obra; arquitetura cenográfica; modernismos e decorativismo; (idem)

A obra de Le Corbusier seria aprofundada, em disciplina teórica, que analisaria suas

determinações técnicas, estéticas, urbanísticas, sociais e origens históricas, que fundamentavam a nova arquitetura.

III – O estudo detalhado e comentado da obra de Le Corbusier e P. Jennearet;

a) os pilotis; a estrutura independente; o plano livre; fachada livre; o terraço jardim;

b) do utensílio do urbanismo;

c) intenção plástica;

d) equilíbrio entre o espírito gótico e o espírito mediterrâneo; escala; unidade; sentido humano; alcance social; novos horizontes; (ibidem)

As aulas práticas seriam conduzidas pelo arquiteto, também professor do Instituto de Artes, Carlos Leão, acrescentando as condicionantes sociais, institucionais, climáticas, tecnológicas, funcionais e políticas que envolvem o projeto, em um extenso programa de estudos e pesquisas. Até então, a disciplina de Composição de Arquitetura limitava-se ao desenvolvimento dos aspectos formais do edifício e à sua funcionalidade, como obra em si. No novo currículo valorizava-se a pesquisa para a formulação do programa de necessidades que antecede a elaboração do projeto, preparando o aluno para a nova complexidade funcional e o atendimento a um novo cliente, isto é, o cliente externo, a sociedade que cada vez se tornava mais complexa e urbana.

Parte II – Trabalhos de Atelier, com a assistência do professor Carlos de Azevedo Leão

O problema da habitação proletária

A) Estudo

I - A habitação proletária contemporânea.

Causas da crise de habitação e suas consequências.

Quarteirões miseráveis e habitações insalubres.

Condições sociais e higiênicas dos moradores.

O problema da habitação barata.

II - Concentração urbana e cidades jardins.

Pontos de vista urbanístico e arquitetônico das soluções propostas.

Desenvolvimento econômico e social da habitação.

A habitação mínima.

Os serviços em comum.

III - Política das habitações coletivas

O advento do maquinismo e as novas condições de vida.

A organização coletiva da sociedade e a liberdade individual.

Legislação brasileira e legislação estrangeira.

O desequilíbrio social contemporâneo e as novas tendências sociais.

(...)

B) Programa

a) Apartamentos

O equipamento doméstico

Um célula na escala humana. O apartamento mínimo.

(ibidem)

A pesquisa envolvia, além das aulas práticas no ateliê, consulta à bibliografia específica

indicada como “Lista de livros e artigos que interessem ao estudo do programa”. Além disso, eram feitas visitas a fábricas de materiais de construção, obras em execução, edificações equivalentes aos temas dos projetos, conjuntos habitacionais, favelas e institutos técnicos. Paralelamente eram programadas conferências com especialistas nas diversas áreas de interesse do projeto e execução de obras de arquitetura.

h) Bibliografia

Lista de livros e artigos que interessem ao estudo do programa.

Parte III – Excursões acompanhadas de técnicos, com a consequente apresentação de relatórios.

a) Visitas a fabricantes e fornecedores.

- Fábrica de cimentos Mauá.

(...)

- Manufatura Nacional de Porcelana. Klabin & Irmãos.

- Mostruário de Vidros da Pilkington Brothers

- Elevadores Otis

- General Electric, etc

b) Visitas a obras realizadas

- Um transatlântico moderno

(...)

- Edifícios de apartamentos

- Cortiços

- Favelas, etc

c) Visitas a Institutos Técnicos

- Laboratórios de Ensaio da Prefeitura, da Escola Politécnica e da Central do Brasil, etc.

Parte IV – Conferências, a cargo de Especialistas, especialmente convidados.

Concentração urbana e as cidades jardins

Higiene das habitações coletivas

(...)

Planos de financiamento para cooperativas de habitações coletivas.

As habitações coletivas e os regulamentos em vigor. Base para uma regulamentação nacional.

A habitação coletiva sob o aspecto sociológico.

Distrito Federal, 26 de novembro de 1935 – Miguel Dedario, secretário. (ibidem. arquivo PROEDES)

No campo do Urbanismo estão presentes os aspectos éticos, que acrescentavam a habitação e a problemática social aos princípios de uma nova ciência. Vale lembrar que o pensamento urbano, até o século XIX, se pautava por princípios estéticos estabelecidos a partir do Renascimento; pelos objetivos funcionais da cidade barroca (circulação, abertura de praças etc.) e de higiene (saneamento, ventilação, insolação etc). O novo urbanismo acrescentava aspectos éticos, que acrescentava resposta aos problemas sociais de uma nova distribuição do espaço urbano, que se refletiam sobre a habitação, circulação e bem-estar da sociedade industrial. Segundo Margareth da Silva

Pereira, em “ Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar”,

Certamente com a Revolução de 1930 que a organização do urbanismo como força de um discurso crítico sobre a cidade ganha densidade suficiente para buscar as respostas para uma urbanização cada vez mais rápida, para uma concentração demográfica – em algumas cidades - cada vez maior e para uma nova lógica social que colocaria a questão da liberdade e da igualdade de modo cada vez mais nítido. O urbanismo passa a ser um misto de ação política, arte, técnica e ciência aplicada, se afinando com vários outros países, que desejam reformar não só as instituições sociais vigentes, mas também repensar e reformar o quadro global da experiência urbana, tanto no que tange a perspectivas funcionais e utilitárias, quanto às morais e filosóficas. (PEREIRA, 2003)

O curso de Urbanismo, coordenado por Nestor de Figueiredo, urbanista pernambucano que já havia trabalhado no Plano Agache (Rio de Janeiro, 1930), oferecia aos alunos da especialização uma série de conferências, sob temas diversos, como se vê nos editais nº 66 e 77, de 1935; e 1 e 2 de 1936, proferidas pelo próprio Nestor de Figueiredo e pelo prof. Almeida Gomes. Nota-se, nos recortes pesquisados, a importância dada aos aspectos disciplinares da História da Cidade e ao estabelecimento de parâmetros técnicos para o dimensionamento e elaboração de projetos do desenho urbano. Destaca-se ainda a inclusão de temas relacionados à disciplina de Paisagismo.

Edital n. 66 - Curso de Urbanismo

Srs. Alunos

De ordem do sr. Diretor comunico-vos o início das séries de conferências para o curso de Urbanismo. A primeira conferência da primeira série realizar-se-á às 17 horas. O professor H. de Almeida Gomes falará sobre “Como vivem o município, a cidade e a metrópole no Brasil”. A primeira conferência da segunda série realizada às 18 horas está a cargo do Professor Nestor de Figueiredo e versará sobre: “Origem dos primeiros núcleos urbanos, Fatores de ordem moral e material para seu desenvolvimento”. As sucessivas conferências sobre “Evolução das Cidades” serão subordinadas aos seguintes títulos:

Urbanismo em Geral

A expressão regional das cidades. Influência de ordem geográfica e mesológica para a formação e o desenvolvimento da [ilegível] urbana”

(...)

10ª Cidades da Idade Média e cidades do Renascimento.

11ª Cidades contemporâneas. Espírito de monumentalidade. Concepção da cidade moderna.

12ª Origem e expressão regional das cidades brasileiras. Influência lusitana no seu traçado e na sua edificação. Subsídios para a formação futura das cidades no Brasil.

(...)

Edital N. 2

Curso de Urbanismo

De ordem do sr. Diretor comunico aos srs. Alunos do Curso de Urbanismo que a partir de terça-feira próxima, dia 18 do corrente, às 10 horas e meia da manhã, o professor Nestor de Figueiredo iniciará no Curso de Urbanismo, um ciclo de conferências subordinadas ao título geral “Princípios teóricos de Urbanismo”, e distribuídas da seguinte maneira:

(...) Distrito Federal, 13 de fevereiro de 1936. – Miguel D’Adario, secretário. (Arquivo PROEDES)

Percebe-se nas intenções dos planos didáticos elaborados por Lucio Costa para os cursos de especialização arquitetura e em urbanismo do Instituto de Artes da UDF certo paralelismo às intenções da Escola Nova, como se lê no Manifesto dos Pioneiros. Verifica-se que, ao fazer a crítica à “formação excessivamente literária de nossa cultura”, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova propõe a defesa e preservação da arte, mas uma arte nova, mais voltada para seu significado social. Este ponto de vista alinha-se perfeitamente tanto aos conceitos modernistas quanto aos valores éticos da produção artística, notadamente, quanto à nova arquitetura, em seu caráter coletivista, expresso por uma nova estética, mas essencialmente em suas novas demandas, programas e funções. Estes valores também fundamentam a Reforma e se refletem sobre o ensino e formação do novo arquiteto, em seu significado social.

CONCLUSÕES

A trajetória da UDF é curta e, diante das mesmas pressões políticas que se materializam com a instalação do Estado Novo, em 1937, é extinta e seus cursos são transferidos para a Universidade do Brasil (UB), pelo decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939. Segundo o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, haveria superposição entre as duas universidades públicas sediadas na capital da República, argumento que tentava justificar a destruição de um núcleo de ciência e saber que funcionava com independência e autonomia. Em documento recolhido por Maria de Lourdes Fávero, em “A UDF uma utopia vetada?”, Capanema manifestava sua contrariedade à existência da UDF, para quem faltava ao Prefeito da capital competência constitucional para mantê-la. Para ele,

A existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. O Ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação [...]. É preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho Universitário da capital da República.

Com o fim da UDF, mais uma vez, o projeto da reforma se via interrompido. Por outro lado, ao longo do período em que colaborou com a UDF, seus compromissos com a profissão de arquiteto, isto é, vinham se avolumando. Desde 1936, envolvera-se com o projeto edifício que se tornaria sede do Ministério da Educação e Saúde, um dos marcos de sua carreira. Entretanto, o processo da reforma, isto é, a intenção de fazer um ensino mais voltado para as demandas da sociedade, que cada vez mais se manifestavam, manteve-se vivo. Sua materialização ocorreria em 1945, com a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil (hoje UFRJ). A reforma do ensino já não dependeria apenas da condução de Lucio Costa, mas se tornara uma luta coletiva de intelectuais, professores, estudantes e arquitetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando et al. **Manifesto dos pioneiros da educação nova**. Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa: Registro de uma Vivência**. Entrevista como diretor da ENBA. Rio de Janeiro, 1931. P. 68. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade do Distrito Federal (1935-39): uma utopia vetada?** Ciência Hoje, Rio de Janeiro: SBPC, v. 21, n. 125, p. 69-73, nov./dez. 1996.

IANNI, Octávio. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LOPES, Sonia de Castro. **Um Modelo Autônomo e Integrador da Formação Docente: A Breve Experiência da Universidade do Distrito Federal (1935-1939)**. Rio de Janeiro: Revista Contemporânea de Educação - Faculdade de Educação – UFRJ, 2008.

PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de Universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Notas sobre o urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar**. In: MACHADO, D. B. P.; PEREIRA, M. da Silva; SILVA, R. C. M. da (org.). Urbanismo em questão. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003, p. 55-83.

PROEDES UFRJ, Arquivo Universidade do Distrito Federal. Editais da Prefeitura do Distrito Federal. Universidade do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1935.

TEIXEIRA, Anísio. **Manuscrito de um programa de partido político**. Arquivo AnísioTeixeira, CPDOC/FGV. In SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **A Função das universidades**. In FÁVERO, Maria de Lourdes de A., e LOPES, Sonia de Castro. A Universidade do Distrito Federal (1935-1939). Um projeto além de seu tempo. Brasília: Liber Livro, 2009.

XAVIER, Alberto (Org.) **Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.